



Revista Portuguesa
de

irurgia

II Série • N.º 20 • Março 2012

ISSN 1646-6918

Órgão Oficial da Sociedade Portuguesa de Cirurgia

Página dos editores

J. C. Mendes de Almeida

MOMENTOS DE CRISE

Momentos de crise são tempos de oportunidades.

A presente crise nacional, tal como os problemas que afectam o nosso sistema de saúde, tem origem num conjunto de factores contributivos, tendo no entanto estes, em larga medida, uma origem comum.

Na Natureza todos os sistemas evoluem espontaneamente para o equilíbrio, para um estado de menor energia, resultando todos os esforços para evitar esta normal progressão num muito maior perda global de energia e, conseqüentemente, num maior agravamento da entropia. Esta noção termodinâmica, bem conhecida dos físicos, aplica-se integralmente à crise nacional e, em particular, à deterioração do sistema de saúde português.

Pela intervenção negativa, de natureza política e ideológica, sobre este processo normal de tendência para o equilíbrio, verificado nos sistemas naturais, originou-se uma crise na sociedade portuguesa que não tem paralelo nos tempos de que há memória. Pela sistemática negação do equilíbrio entre as perspectivas de despesa e de receita, pela negação do binómio liberdade/responsabilidade, e, por último, pela negação da natureza do Estado como emanção da Sociedade para a servir, criaram-se em Portugal um conjunto de factores que explicam o actual momento de crise nacional.

A relação entre a perspectiva de despesa e de receita deve ser equilibrada. Não nega este princípio a necessidade de recorrer ao crédito e ao conseqüente endividamento, enfatiza sim a necessidade de entender que o endividamento se destina a criar mais riqueza, que permita aumentar os benefícios de que goza o devedor e, em simultâneo, honrar as dívidas contraídas. É clara, para quem conhece a história recente de Portugal, a existência entre nós de inúmeros exemplos da negação deste princípio.

O binómio liberdade/responsabilidade também tem sido um anátema. Pela aversão atávica, que a ideologia e cultura dominantes em Portugal nas últimas décadas têm pela liberdade, originou-se um sistema opressivo da Sociedade que, revestido de outra forma, não é diferente de soluções autoritárias do passado. Como exemplo apresento a noção de que sem um nível mínimo de riqueza o indivíduo perde a sua liberdade. Fica, em permanência, na dependência de terceiros, geralmente do Estado, perdendo assim a sua liberdade face a ele e, pior, face aos seus agentes. O presente e absurdo sistema e carga fiscal atirou larguíssimas faixas da população para uma progressiva perda de liberdade face ao Estado. As conseqüências futuras desta deterioração da cidadania são incalculáveis. De igual forma, foi implementada entre nós uma cultura de desvalorização da responsabilidade pública. A responsabilidade é mal vista, desconsiderada, mal paga, e diminuída nos serviços públicos. Neste contexto, os lugares de chefia são frequentemente hostis para quem os desempenha, conduzindo a que sejam, com frequência, ocupados por gente menos qualificada e, por vezes, com intenções menos claras. Numa perspectiva mais geral, existe entre nós uma clara desresponsabilização dos indivíduos e agentes colectivos de que é exemplo a ineficácia do sistema judicial. Acresce a esta situação uma notória desvalorização de quem



assume alguma responsabilidade e tem mérito no seu desempenho. O mérito é mal visto. Todos são tratados por igual, independentemente do seu desempenho e das responsabilidades que assumiram.

No Portugal recente, o Estado tem sido entendido, não como uma emanção da Sociedade para a servir, mas sim como um agente de mudança ideológica da Sociedade.

Esta diferença tem tido repercussões determinantes para a actual situação de crise. A atribuição ao Estado de funções que ultrapassam a sua natural apetência para legislar, regulamentar e fiscalizar, criou um desequilíbrio difícil de corrigir. A necessária intervenção social do Estado foi entendida numa perspectiva ideológica e não de procura da eficiência, gerando assim um enorme desperdício com uma clara desadequação de meios económicos excessivos para os níveis de eficácia demonstrados. A redefinição do papel do Estado na Sociedade é uma prioridade nacional.

Os aspectos de ordem geral que enunciámos têm uma aplicação imediata aos microcosmos, seja do Sistema de Saúde, seja da Cirurgia Geral em Portugal.

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) tem sido despesista e pouco eficiente. Gasta muito dinheiro para os resultados que obtém. Existem indicadores da sua eficácia em algumas áreas, que nos colocam bastante bem nalguns indicadores de qualidade. No entanto, existem, e são do conhecimento dos cirurgiões, outras matérias, não evidentes nos indicadores internacionais, em que o desempenho é sofrível. Mas verdadeiramente grave é o gasto que é feito para obter estes resultados. O SNS gasta muito para o que produz, origina um desequilíbrio entre a despesa económica e a receita em benefício social. As razões para este desequilíbrio são múltiplas e de responsabilidades várias. Mais importante de todas, é uma causa política, ideológica e partidária que diminui a eficiência em favor do dogma ou da conveniência. Mas são também co-responsáveis, todos os agentes da Saúde, profissionais de saúde (incluindo cirurgiões), administradores, indústria farmacêutica, etc. No caso concreto dos médicos, posso indicar que nem sempre teremos todos a consciência tranquila. A utilização inadequada das horas extraordinárias e o uso abusivo de materiais descartáveis e equipamentos de benefício duvidoso constituem exemplos de má gestão em que a responsabilidade médica é inegável.

A gestão do SNS tem sido inimiga da liberdade. Este posicionamento de natureza política é deliberado. Todos os agentes responsáveis pela sua gestão ao longo do tempo têm, de uma forma ou outra, condicionado a liberdade institucional, centralizando, mesmo que de forma oculta, a tomada das decisões fundamentais para o sistema de saúde. Um exemplo reside no facto de que quase todas as reformas que foram implementadas na gestão hospitalar não deram real liberdade aos hospitais para tomarem as decisões essenciais à sua gestão. Quer na definição dos objectivos estratégicos, quer na definição de planos de trabalho, quer a nível da gestão de pessoal, os hospitais nunca puderam efectivamente definir as suas políticas de actuação. Na realidade, os laivos de liberdade institucional tão apregoados por alguns políticos da saúde nunca passaram de uma falácia. Todas as decisões realmente importantes foram sempre centralizadas. Mas mais grave do que esta negação da liberdade institucional, tem sido a negação da liberdade de escolha de que os doentes que recorrem aos serviços públicos de saúde deveriam dispôr. Em teoria esta liberdade tem sido dada aos doentes, podendo escolher aparentemente onde e por quem querem ser tratados. Mas a restrição da liberdade nesta matéria é mais subtil. Reside na limitação que é imposta aos serviços na sua capacidade de resposta às solicitações, gerando listas de espera e, assim, limitando a liberdade de escolha aos doentes. No seu conjunto, esta política tem conduzido à desresponsabilização dos agentes do SNS que, não podendo fazer a gestão dos seus objectivos e recursos, não podem ser responsabilizados pelos resultados obtidos. É por demais claro que a política de limitação da liberdade/desresponsabilização tem tido um papel fulcral no afundamento económico do SNS e do país.

A responsabilidade do Estado na área da saúde tem que ser re-equacionada. Não pode depender de dogmas políticos ou de ideologias limitadoras. Deve centrar-se no serviço da Sociedade, pois a legitimidade do Estado



depende em última análise da forma como a serve. A Sociedade não necessita de um Estado que não a tenha como razão de ser, que seja gastador ao ponto de a aniquilar, que é ineficiente consumindo demais para o que gera de benefícios. De igual forma, as políticas seguidas não têm definido, como deveriam, os equilíbrios entre o que o Estado deve ou não fornecer, entre o tratamento do caso individual e a gestão de grupos de doentes, que recursos devem ser atribuídos a cada doente e até onde se devem estender os cuidados. O Estado tem-se demitido de promover uma definição ética dos cuidados de saúde e dos seus limites, pois qualquer definição nesta matéria colocaria em causa muitas das actuações e opções políticas passadas.

Mas se crise é sinónimo de oportunidade, estamos agora a viver um momento de mudança que é fundamental não desperdiçar.

Sendo o Estado o fulcro de todo o sistema de saúde em Portugal, exige-se aos dirigentes actuais as reformas que podem conduzir a um futuro diferente. Desengane-se quem pensa que as reformas do sistema público de saúde não são cruciais para a prosperidade e dignidade do nosso país. Pela magnitude dos recursos envolvidos, bem como das perspectivas demográficas futuras, as decisões políticas fundamentais têm que ser tomadas no presente e tendo como único objectivo o serviço da Sociedade.

Há que definir os limites da despesa. Fazer mais e melhor com menos recursos é um desiderato que tem que envolver todos os agentes. O insucesso no presente compromete gravemente o futuro. Todos têm que estar envolvidos e, os cirurgiões em particular, sabem e podem aumentar a sua eficiência.

Há que exigir a liberdade de escolha para os doentes e das instituições para sua acção. E, em simultâneo, assumir a responsabilidade que essa liberdade implica. É necessário que as instituições eficientes sejam promovidas, podendo crescer, tratar mais doentes, gerar receitas para alargarem a sua esfera de acção. As instituições ineficientes devem ser responsabilizadas, podendo eventualmente ser extintas. Deve, assim, criar-se uma forma de “mercado” de saúde, em que as instituições podem competir entre si para recrutarem doentes, em que a sua dimensão varia também com a sua competência, em que o seu financiamento é determinado pela procura e o número de doentes que trata, em que o melhor desempenho é incentivado. Estas opções inadiáveis conduziriam inevitavelmente à liberdade de escolha. Uma realidade em que os doentes podem efectivamente escolher onde e por quem querem ser tratados. Este sim seria um verdadeiro avanço civilizacional.

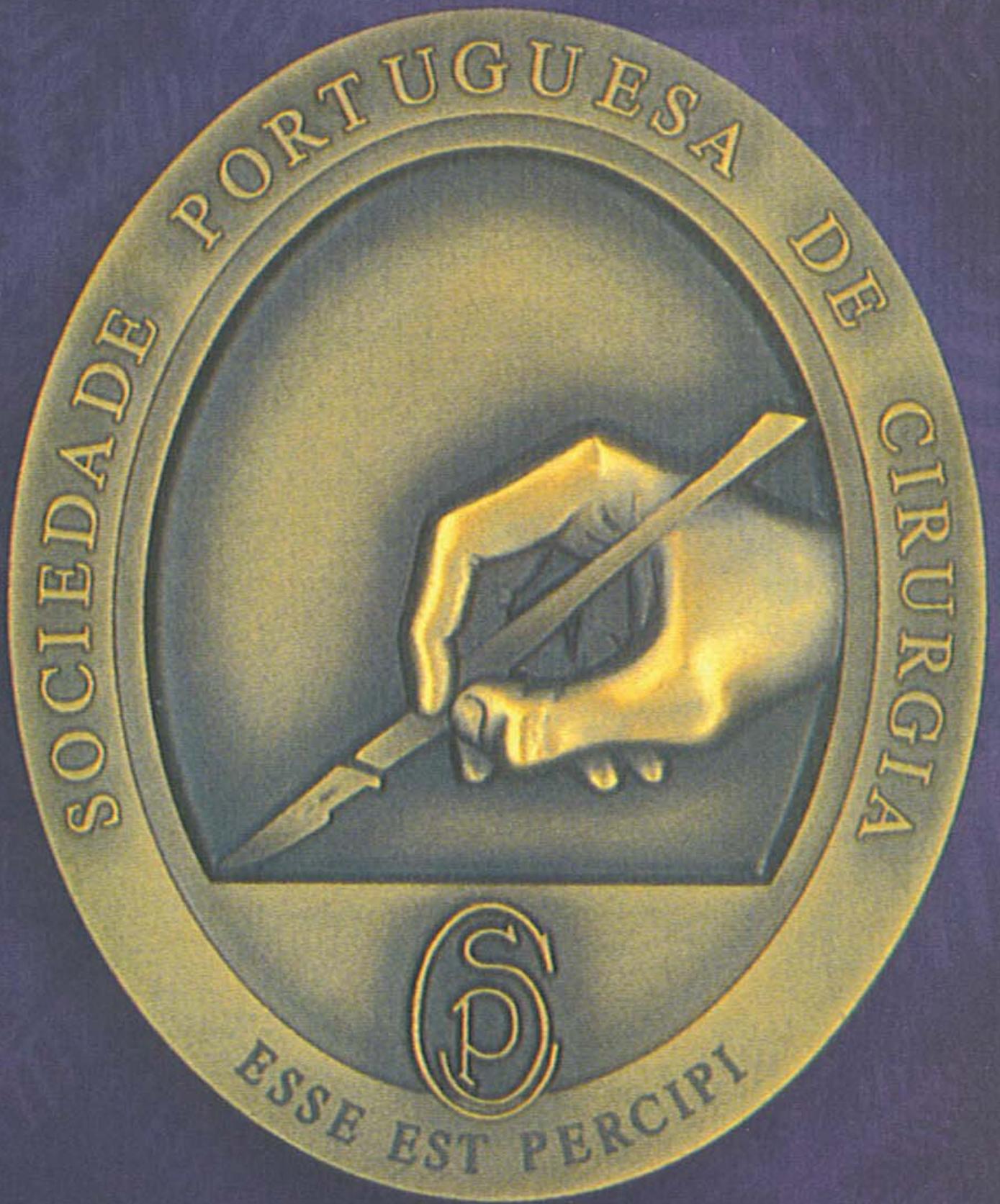
Há que exigir a redefinição do papel do Estado. Este tem que assumir a sua vocação legisladora, regulamentadora e fiscalizadora de uma forma mais dirigida ao interesse da Sociedade. Tem também que diminuir a sua presença como prestador directo de cuidados, procurando formas distintas de assegurar o seu papel social na área da saúde.

Nesta perspectiva, muitos interesses de grupos políticos, económicos e profissionais têm que ser limitados, pois com alguma frequência são patrocinados pelo Estado e não coincidentes com os interesses da Sociedade e dos doentes.

A história das Sociedades revela-nos que existem momentos cruciais, em que indivíduos ou grupos desempenham papéis fundamentais para o desenvolvimento do futuro. Este é um desses momentos para Portugal e para o seu serviço público de saúde. Muito mais do que um problema financeiro conjuntural, ou de uma dificuldade de natureza económica, o problema nacional é de natureza política. Repousa nos ombros de quem nos governa a liberdade de assumir a coragem para quebrar os dogmas e de ter a vontade de mudar para servir. Têm essa liberdade, devemos imputar-lhes essa responsabilidade. Nós Cirurgiões temos, de igual forma, liberdade de escolha na nossa actuação e seremos responsabilizados pelos nossos doentes se não procurarmos o que é melhor para todos.

Este editorial encerra a minha participação como Editor Científico do Corpo Editorial da Revista Portuguesa de Cirurgia. Todas as ideias aqui apresentadas representam exclusivamente uma opinião pessoal. Agradeço e lembrarei sempre este período de trabalho e os membros desta equipa com quem tive tanto prazer em trabalhar.





SOCIEDADE

PORTUGUESA

DE

CIRURGIA

SP

ESSE EST PERCIPERE